

Trump num Mundo Novo

Vasco Rato

Professor de Relações Internacionais e Ciência Política.

Resumo

A política externa de Donald Trump assume um corte radical com o consenso bipartidário que balizou a política externa de Washington desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Apesar de ter abandonado algumas das posições defendidas durante a campanha eleitoral, a abordagem do novo Presidente ao comércio internacional, às relações com a Rússia e a China, à situação no Médio Oriente e ao papel do poderio americano no mundo, constituem um desafio à forma tradicional de entender a ordem liberal vigente. Com efeito, tanto na ótica de aliados como de rivais, as posições de Trump introduzem um grau elevado de incerteza quanto à política externa de Washington. Este artigo considera as posições de Trump no âmbito da política externa e as prováveis consequências resultantes da mudança de rumo que propõe.

Abstract

Trump in a New World

Donald Trump's emerging foreign policy promises a rupture with the bipartisan consensus that has guided Washington's external relations since the end of World War II. Although having reversed himself on several issues since entering the White House, Trump's positions on trade, relations with Russia, China and the Middle East, as well as the role of American power in the world, challenge long-held assumption about the international liberal order. Indeed, for allies and rivals alike, Trump has introduced tremendous uncertainty in American policy. This paper considers Trump's positions on external policy and the likely outcomes of his announced policy changes.

Adotado por Donald Trump durante a campanha rumo à Casa Branca, o *slogan* “*Make America Great Again*” denotava o propósito de estancar o declínio nacional e a concomitante possibilidade de restituir aos Estados Unidos a grandeza de outrora¹. Salienta-se que o principal pressuposto da campanha, espelhado pelo referido *slogan*, residia na noção de que o poderio internacional americano entrara em declínio, uma consequência dos baixos índices de crescimento e competitividade da economia nacional. Por sua vez, as dificuldades da economia americana, altamente prejudiciais para os “*working men*” que Trump afirmava representar, resultavam dos tratados comerciais multilaterais celebrados pelo país nas décadas anteriores. Acrescentava que era precisamente nas páginas destes acordos “*injustos*” que se cruzavam as políticas interna e externa. Por isso mesmo, para regressar à grandeza de tempos passados, Trump propunha romper com a política externa dos seus antecessores. Dir-se-á que o cumprimento do projeto de regeneração nacional articulado por Donald Trump e validado pelos eleitores americanos obriga a uma viragem radical na política externa do país.

A dimensão quixotesca da campanha presidencial de Donald Trump provocou estupefação junto dos media e dos seus opositores políticos². Não obstante a estranheza causada pelo neófito político vindo do mundo dos negócios, as teses que defendia sobre o declínio dos Estados Unidos não eram particularmente inovadoras. Esse género de leitura quanto ao estado do poderio nacional remota às origens da república, traduzindo uma corrente de pensamento que, perante os problemas do presente, sempre concluiu que, ao manter-se o “mesmo rumo” do país, o declínio se tornaria irreversível³. Como corolário destas teses, surge o discurso populista, *anti-establishment* que responsabiliza as elites dominantes pelo rumo que levou ao declínio.

Um dos exemplos mais elucidativos quanto às limitações do pensamento “declinista” incide sobre os quatro anos da presidência de Jimmy Carter. Sem dúvida, Carter enfrentou desafios exigentes: a crise energética, a conjugação de inflação e estagnação (*stagflation*), e igualmente grave, percalços em política externa como os reféns americanos no Irão. Esses problemas, aos quais se acrescentaram a tomada de poder pelos Sandinistas após o derrube de Anastasio Somoza na Nicarágua, a “devolução” do canal do Panamá e a invasão soviética do Afeganistão, apontavam para o declínio do poderio americano numa altura em que a União Soviética aparentava consolidar posições em África, na América Latina e no Afeganistão.

1 Ver o seu livro “programático”, Trump (2015).

2 Sobre a campanha presidencial de 2016, ver Stone (2016), Pollak e Schweikart (2017), Allen e Parnes (2017). Sobre a personalidade e o percurso de Trump, ver Johnston (2016), Kranish e Fisher (2016).

3 Sobre este assunto, ver Josef Joffe (2012) e Daniels (2014).

Compreensivelmente, a convicção de que os Estados Unidos se encontravam em declínio marcou a campanha presidencial de Ronald Reagan de 1980. O *slogan* dessa altura, “*It’s Morning in America*”, visava salientar a mudança profunda representada pela derrota de Carter nas urnas, e a determinação do novo Presidente republicano em reconstituir o poderio do país. Tal como Trump, Reagan considerava ser imperativo encetar uma reforma profunda na economia americana, a qual passava pela redução do Estado na economia e o cumprimento de um vasto programa de liberalização económica (Jacobs, 2016). Quanto à política externa, Reagan assumia a rutura com a política de détente, primeiro articulada por Richard Nixon e Henry Kissinger e que espalhava o consenso do *establishment*, mas que o antigo Presidente responsabilizava pelos ganhos estratégicos obtidos pela União Soviética durante os anos de mandato de Carter.

Também Barack Obama, na sua corrida presidencial de 2008, articulava uma visão nitidamente “declinista”. Argumentava que as investidas militares de George W. Bush no Afeganistão e no Iraque, conjugadas com a crise económico-financeira de 2007/2008, obrigava à recuperação da economia e à alteração da política externa. Visto através do prisma de Obama, o declínio resultava de um *shift* estrutural na ordem internacional provocado pelo surgimento de múltiplos polos de poder. Para Obama, o desafio imediato colocado pelo sistema multipolar emergente não era o de como reverter o declínio, mas sim o de delinear uma grande estratégia para gerir as consequências dessa circunstância⁴. Por outras palavras, dado que o declínio era irreversível, restava reconfigurar o posicionamento internacional dos Estados Unidos.

À semelhança do seu antecessor, o Presidente Trump acolheu as teses do declínio. Todavia, Obama e Trump divergiram radicalmente quanto à resposta a ser dada. Ambos concordavam que o primeiro passo a tomar se situava no plano da recuperação da economia. Para Obama, era a condição *sine qua non* para travar o declínio e começar a geri-lo; para Trump, era o primeiro e necessário passo para reverter esse mesmo declínio. Se Obama acreditava que apenas era possível gerir o declínio através de uma robusta rede de alianças e do fortalecimento das normas e instituições da ordem liberal vigente, Trump sugeria que nessa mesma ordem residiam as causas do declínio (Kagan, 2017). Impunha-se, portanto, fazer um corte com a abordagem “multilateralista” do seu antecessor. Daí a adoção da expressão “*America First*”, simultaneamente sinalizando a perspetiva transacional de Trump em política externa e a sua leitura restritiva do interesse nacional americano.

Este artigo, elaborado no momento em que Donald Trump ordena a sua primeira ação militar na Síria, pretende lançar pistas para um entendimento mais sistemático da política externa do novo Presidente. A tarefa não se afigura simples na medida

4 Ver, por exemplo, Singh (2012).

em que a política externa que Trump está a traçar parece não assentar nos pressupostos que pautaram a atuação internacional dos Estados Unidos nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Melhor dizendo, é demasiado cedo para saber se a intenção de Trump de quebrar com o consenso bipartidário americano em volta da política externa, expressa durante a sua campanha presidencial, terá uma tradução prática. Essa incógnita será esclarecida pela passagem do tempo. No entanto e apesar das inquietações causadas pelo “trumpismo”, particularmente junto dos governos aliados dos Estados Unidos, urge compreender a racionalidade da política externa de Trump. Porque, independentemente dos juízos que possam ser feitos quanto à exequibilidade e à eficácia da visão do novo Presidente, existe coerência no rumo que definiu.

O Revisionista

Para Donald Trump, os fins primordiais do Estado americano prendem-se com a maximização da segurança física e do bem-estar material dos seus cidadãos (Hanchett, 2016). Não será o seu único desígnio, mas é claramente o primeiro porque, na sua ausência, nenhum outro objetivo será atingível. Uma vez que serve para maximizar a prosperidade económica dos cidadãos e a segurança do território nacional (*homeland*), o Estado deixa de desempenhar, no dizer de Madeleine Albright, um papel “indispensável” no mundo, ou seja, a América deixa de ser entendida como um “*crusader state*”⁵. No fundo, o novo Presidente pretende que o país seja um Estado “normal” que prossegue interesses nacionais relativamente limitados. Por isso mesmo, as verdadeiras ameaças à segurança dos Estados Unidos não residem nas inóspitas montanhas do Afeganistão nem nos destroços dos “Estados falhados” do Médio Oriente. Muitos menos, o interesse vital americano se joga na praça Maidan ou nas aldeias da Crimeia e da Ossétia do Sul.

Trump insiste que a segurança nacional foi minada pelas políticas traçadas pelo *establishment* ao longo das décadas mais recentes, transformando Washington num “pântano” a necessitar de “drenagem” (Glasser, 2017). Determinadas a estabelecer uma sociedade multicultural que, na ótica do Presidente, subverte a coerência dos valores fundacionais do Estado americano, as elites, – particularmente os setores ligados ao Partido Democrata – definiram políticas de imigração que, direta ou indiretamente desfizeram o tecido social americano. Eis a razão porque a eventualidade de os Estados Unidos serem transformados num “país de fronteiras abertas” provoca tão descomunal animosidade no campo “trumpista”. Acreditam que o Estado existe para promover o bem-estar dos cidadãos “nativos”, e não para se transformar num “refúgio para as populações mundiais”⁶.

5 Ver Ruggie (2006).

6 Trump, no “discurso de Phoenix”, delineou a sua política de imigração. Ver Trump (2016).

Esta visão restritiva do papel do Estado e da política de imigração assenta em duas premissas. Primeira, uma vez que os recursos são finitos, devem ser alocados de forma a assegurar a melhoria de vida dos cidadãos nacionais, particularmente os “*working men*” fustigados pelas consequências da globalização imposta pelas “elites cosmopolitas”. Segunda, as políticas de imigração que enfatizam a diversidade, conjugadas com a abertura das fronteiras a refugiados, permite a infiltração de elementos que constituem ameaças à segurança nacional. Abre-se, por outras palavras, a possibilidade de inimigos externos constituírem uma quinta coluna para subverter a segurança física do país. É justamente nesta perspetiva sobre a imigração, e os muros, que se cruza o ressentimento económico que largamente impulsiona o populismo americano e a rejeição de uma política externa internacionalista.

Extremamente hostil ao “politicamente correto” e às políticas promotoras da diversidade, a base social de apoio de Trump acredita que, ao abraçarem as especificidades das identidades étnica, de género e outras, as elites promovem um assalto concertado às origens e tradições “anglo-saxónicas” do país, a única herança etnolinguística que a “diversidade” não celebra⁷. Antes pelo contrário, esta “*white America*”, particularmente as classes media e baixa, surge como responsável pela opressão e as injustiças históricas perpetuadas contra várias minorias. A desconfiança “trumpista” relativamente ao Partido Democrata é profunda porque, em finais dos anos da década de 1960, esta organização abraçou as causas minoritárias, assim provocando a deserção de uma parte significativa da “*white working class*” para os republicanos, particularmente nos Estados sulistas, tendência que se acentuou com a adesão dos “*Reagan Democrats*” à candidatura de Ronald Reagan. Paulatinamente, em consequência da adoção desta “*identity politics*”, o Partido Democrata afastou-se da “realidade trabalhadora”, permitindo que os republicanos construíssem a narrativa de uma América profunda traída pelas suas elites cosmopolitas.

Durante os mandatos presidenciais de Obama, o Partido Democrata não arrepiou caminho, empenhando-se na construção de uma coligação heterógena de minorias e movimentos sociais capaz de perpetuar o partido no poder. Os impulsionadores do projeto partiam da premissa de que as mudanças demográficas a decorrer nos Estados Unidos permitiam formar uma coligação eleitoral vencedora reunindo afro-americanos, hispânicos, LGBT e progressistas em volta do Partido Democrata (Allen e Parnes, 2017, p. 84)⁸. Uma parte significativa dos “americanos brancos” vê neste projeto uma tentativa de os marginalizar no seu próprio país, de os afastar do “*mainstream*” da sociedade americana. Pouco importa se esta interpretação corresponde à realidade dos factos, trata-se de uma narrativa partilhada por um número

7 Sobre esta questão, ver por exemplo, Salam (2015).

8 Para uma análise desta questão ver Karabel (2016).

considerável de eleitores, que viram na candidatura de Trump uma defesa incondicional da “verdadeira” sociedade americana e das suas tradições. Consideraram Trump um defensor do escasso poder político, económico e cultural que ainda conservam⁹. Ao designar esta faixa da população como “deploráveis”, Hillary Clinton reforçou a perceção de que as elites ligadas ao Partido Democrata simplesmente viraram as costas às preocupações e às aspirações da “América profunda” (Chozick, 2016). Abria-se caminho para que Trump solidificasse a sua base de apoio, para mobilizar eleitores crescentemente saturados com uma elite política que conduzia o país para um monumental desastre. Alvo de violentíssimos ataques por parte dessa elite, Trump, impulsionado pela retórica do ressentimento anti-intelectual e do anti-politicamente correto, enfrentou o *establishment* e triunfou.

Em política externa, a abordagem de Trump consubstancia uma rutura com as perspetivas dominantes no seio do *establishment*, ou seja, com a visão dos herdeiros de uma ordem internacional liberal construída depois de 1945¹⁰. A bom-rigor, Trump é um revisionista que não esconde o seu profundo desprezo pelas ideias, políticas e instituições hoje hegemónicas nos corredores da política, das universidades e dos *think tanks* americanos. Esta sua rejeição do *establishment* também tem sido evidenciada pela forma como se relaciona com os serviços de inteligência do seu país. Alega, por exemplo, que a CIA e serviços afins se encontram colonizados pelos seus rivais políticos, que estes “partidarizaram” as informações. Em resultado desta suspeição, recusa caracterizar Putin como uma ameaça e dispensa os briefings diários que, no passado, foram instrumentos indispensáveis para a tomada de decisão presidencial.

A desconfiança generalizada dos “trumpistas” relativamente às instituições alarga-se aos media tradicionais, vistos como um pilar do *foreign policy establishment* americano. Porque os media – com destaque para órgãos de referência como o New York Times, o Washington Post, a CNN e a NBC – estão efetivamente ao serviço das políticas (e valores) defendidas pelo Partido Democrata, urge desmascarar o *bias* político-ideológico da comunicação social. Daí que muitas notícias sejam simplesmente desvalorizadas pela Casa Branca, ou por Trump através do Twitter, como “*fake news*”. Para contrariar as narrativas apresentadas no *mainstream news*, repudia as premissas que sustentam essas mesmas narrativas. Visto assim, não deve causar estranheza a introdução do conceito “factos alternativos”, pois trata-se apenas de abandonar as premissas utilizadas pelo *establishment* para definir a relevância dos “factos”. Quando se alteram as premissas, alteram-se os “factos”. No fundo, Trump e os jornalistas que acompanham a política externa vivem em mundos conceptuais que só muito infrequentemente coincidem. Abandonadas as premissas que susten-

9 Sobre este caldo cultural ver Vance (2016).

10 Ver Nye (2017) e Patrick (2017).

tam a atuação externa dos Estados Unidos ao longo das últimas décadas, a política externa de Trump passa a ser perceptível.

Atendendo a estas razões, é demasiado cedo para prever em que termos será elaborada a política externa, até porque os seus contornos específicos dependem das ações futuras de países terceiros. Num passado recente, durante a administração de George W. Bush, as linhas mestras da política externa foram radicalmente alternadas em função dos acontecimentos. Contrariando expectativas iniciais, o realismo pragmático de Bush sucumbiu perante os atentados de 11 de setembro de 2001, sendo substituído pelo intervencionismo neoconservador. Com efeito, as novas realidades geradas pelos ataques da al-Qaeda impossibilitaram a preservação das linhas mestras da política externa anteriormente delineadas por Bush¹¹.

Para entender a dimensão da rutura que Trump pretende protagonizar, convém recordar a natureza do consenso bipartidário que tem pautado a política externa do país desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Independentemente das diferenças que os separavam, todos os antecessores de Trump (incluindo Ronald Reagan) demonstraram fidelidade absoluta à ordem internacional criada na sequência imediata da Segunda Guerra Mundial. Apesar de se tratar de uma simplificação da tradição de política externa no pós-1945, dir-se-á que posições mais “realistas” rivalizaram com abordagens mais “idealistas”¹². Preocupados em prosseguir o interesse nacional através da maximização do poderio do país, os realistas guiavam-se pelo pragmatismo e mantinham que eram os equilíbrios de poder que geravam a estabilidade internacional. Promotores dos valores democráticos e da cooperação internacional, os “idealistas” privilegiavam a atuação externa num quadro de instituições e normas multilaterais. Não obstante, ambos aderiram à ordem liberal e à liderança americana que a tornara possível depois de 1945. Sendo certo que simplifica as clivagens evidenciadas na política externa de Washington das últimas décadas, esta categorização ilustra o ponto essencial: mais importante do que aquilo que distinguia “realistas” e “idealistas”, sempre uma questão de grau, era aquilo que os unia. É precisamente este consenso bipartidário em política externa que Trump pretende abandonar.

Realistas e idealistas partilhavam a ideia de que os Estados Unidos, os principais arquitetos da ordem liberal que emergiu depois de 1945, não poderiam abdicar do seu papel liderante na cena internacional. Entendiam que a estabilidade internacional dependia dessa liderança, fosse através de ações unilaterais ou de mecanismos multilaterais, incluindo as alianças. Ao mesmo tempo, e apesar de diferenças de grau, “realistas” e “idealistas” subscreviam a ideia de que o alargamento da democracia e dos mercados contribuía para a paz. Isto é, a promoção da democracia e dos

11 Sobre a política externa de George W. Bush, ver Moens (2004) e Bush (2010).

12 Para uma excelente discussão ver Cook e Moos (1952) e Mead (2001).

mercados tinha como consequência a criação de “zonas de paz” – como a União Europeia –, que reforçavam a ordem liberal e, por conseguinte, tornavam dispensável a intervenção militar americana. Havia, pois, uma pressão incessante, inexorável no sentido de promover o liberalismo político e o comércio livre através das instituições internacionais, fenómeno nitidamente manifestado na política externa de Bill Clinton. Prosseguida numa época pautada pela ausência de constrangimentos significativos à expansão da ordem liberal, a abordagem globalista de Clinton tornou-se virtualmente sinónima do consenso bipartidário. Dir-se-á que, em larga medida, Trump visa reverter o legado deixado por Bill Clinton em política externa, e intransigentemente defendido por Hillary Clinton em 2016.

Bill Clinton mantinha que a globalização era benigna, que o seu alargamento e aprofundamento produziriam benefícios palpáveis em termos de democracia e bem-estar económico. Criando um mundo mais complexo, integrado e “plano”, a globalização era entendida como o motor da modernização e, mais importante, da paz. Independentemente das divergências que os separavam, George W. Bush e Barack Obama jamais abdicaram do essencial desta visão internacionalista. Não obstante, ao longo do pós-Guerra Fria, este consenso internacionalista foi, em várias ocasiões, contestado. Por exemplo, Pat Buchanan, em 1992 e 1996, montou “campanhas insurgentes” durante as primárias presidenciais do Partido Republicano, introduzindo um conjunto de temas que ressurgiram na retórica de Donald Trump¹³. Para além de expressar o mesmo tipo de nacionalismo musculado, Buchanan advogava a limitação da imigração e uma política externa isolacionista. Quanto à política comercial, antecipando as posições de Trump nesta matéria, batia-se pelo aumento de barreiras alfandegárias, avisava dos riscos inerentes ao surgimento da China e propunha revogar o Tratado NAFTA. Evidentemente, Buchanan não se encontrava sozinho na tentativa de romper com o consenso internacionalista. Um veterano de várias primárias republicanas, o congressista Ron Paul também se insurgia contra as intervenções militares externas e advogava o isolacionismo. Do outro lado do espectro político, a ala esquerda do Partido Democrata expressava profundo desconforto com o comércio livre e o intervencionismo externo promovido pela ala centrista, “clintoniana” do partido. Essa desconfiança expressar-se-ia de forma inequívoca em 2016, quando Bernie Sanders dinamiza uma campanha cujo conteúdo frequentemente mais se assemelhava à retórica de Donald Trump do que à de Hillary Clinton.

Todavia, caberá a Trump levantar o estandarte nacionalista contra Hillary Clinton, a personagem que melhor encarnava o internacionalismo das últimas décadas. Defensora de uma política externa assente nas ideias e instituições que sustentam a

13 As ideias de Buchanan são desenvolvidas em vários livros, entre os quais, Buchanan (1998 e 2002).

ordem liberal internacional, incluindo o comércio livre, o multilateralismo e a robusteza das alianças tradicionais dos Estados Unidos, a candidata do Partido Democrata assumiu-se como porta-voz do *status quo*, do *establishment* da política externa. Não será, portanto, excessivo afirmar que a campanha de 2016 representou uma escolha inequívoca entre o consenso bipartidário do pós-guerra e um candidato insurgente, heterodoxo que pretendia cortar com vários pilares da visão que sustentava o *establishment*. Se o resultado imediato do confronto foi a chegada de Trump à Casa Branca, a alternativa ao consenso internacionalista que prometeu estabelecer ainda não tomou forma.

A Alternativa “Trumpista”

À semelhança de outras opiniões públicas, a esmagadora maioria dos americanos desconhece os detalhes técnicos dos tratados comerciais celebrados nas décadas mais recentes. Extremamente complexos, estes tratados, e em particular os acordos multilaterais, como o North American Free Trade Agreement (NAFTA) e o Trans-Pacific Partnership (TPP), raramente são escrutinados em detalhe pela imprensa. E ainda mais importante, quase nunca são objeto de explanação cabal por parte dos políticos que os aprovam em sede legislativa. Por isso mesmo, o juízo feito pela generalidade dos eleitores raramente resulta de uma avaliação ponderada quanto aos reais efeitos dos acordos.

Como é sabido, um dos pilares fundamentais da política externa de Trump é a rejeição dos acordos mais emblemáticos das últimas décadas que abriram o caminho à consolidação da globalização (Fidler, 2017). Trump mantém que se não opõe ao comércio livre, acrescentando que apenas rejeita tratados concretos que, na sua ótica, não salvaguardam os interesses fundamentais dos Estados Unidos. Prenuncia-se, apenas, desfavorável ao “comércio injusto” – também tem recorrido à expressão “*stupid trade*” – instituído por tratados como o NAFTA, que, aliás, chegou a caracterizar como o “pior” acordo comercial jamais celebrado (Davis e Rappeport, 2017). Se esta caracterização do NAFTA é claramente hiperbólica, o sentimento que expressa não deixa de ser partilhado por uma parte significativa da população, particularmente os sectores abrangidos por fenómenos associados à desindustrialização. Nos Estados que foram, ao longo destas últimas décadas, fustigados pela desindustrialização, pela perda dos “bons postos de trabalhos” na indústria tradicional, acredita-se que as dificuldades económicas resultam da globalização e dos tratados de comércio livre. Eis o terreno fértil onde assenta o populismo económico de Trump.

Mas, afinal, o que pretende a Administração Trump no âmbito do comércio internacional? Tudo indica que o primeiro objetivo seja a promoção do crescimento americano, o estimular de uma economia que, nos anos seguintes à crise financeira de 2007/2008, tem mostrado sinais de profunda debilidade. Trump aponta para uma

meta ambiciosa quando diz querer duplicar o crescimento, elevando-o para os 3/4 por cento anuais (La Monica, 2017). Depois de uma década de crescimento que se situou em metade deste target, pode-se suscitar dúvidas quanto à possibilidade de atingir tais níveis. Para os atingir, Trump, para além dos estímulos proporcionados pelo gigantesco programa de investimento de obras públicas que pretende apresentar ao Congresso, argumenta que emergirá um clima favorável ao investimento se se efetuar uma diminuição significativa da carga fiscal e dos custos associados à regulamentação.

Não menos importante, Trump argumenta que o crescimento será impulsionado por uma nova política de comércio externo mais favorável, liberta das amarras impostas pelos acordos de comércio livre (Palmer, 2017). Dir-se-á que o problema com este raciocínio reside num facto incontornável: o comércio internacional representa uns meros 13 por cento do PIB americano. Mesmo que consiga renegociar a totalidade dos tratados comerciais, o que seguramente provocaria alterações tão significativas quanto imprevisíveis no regime de comércio livre mundial, os problemas basilares da economia americana ficarão por resolver. Dito de forma diferente, as soluções com vista à dinamização dos restantes 87 por cento do PIB que dependem do mercado interno parecem passar pelos estímulos, as reformas fiscais, a redução de regulamentação e, não menos importante, a restauração da confiança. Com efeito, na ótica do “trumpismo”, o escasso crescimento da última década também tem origem no pessimismo quanto ao futuro, no travão ao consumo e ao investimento criado pela desconfiança e a incerteza.

Na perspetiva da Casa Branca, o crescimento robusto e sustentado afigura-se como a primeira prioridade da segurança nacional. É, pois, o crescimento que constitui a única defesa do país contra a turbulência da economia internacional. Desde o início da crise financeira, os preços das *commodities* foram, e continuam a ser, extremamente instáveis. Tudo isto numa conjuntura em que a China e outros mercados emergentes se confrontam com capacidade instalada excedentária. Talvez ainda mais inquietante, vários bancos centrais recorrerem a mecanismos de “*quantitative easing*” e juros negativos na tentativa de estimular o investimento, mas, ao mesmo tempo, aprofundando as vulnerabilidades das instituições financeiras. Num momento em que o ratio da dívida mundial se aproxima dos 300 por cento, há razões mais do que legítimas para especular sobre a capacidade do serviço da dívida num futuro marcado por taxas de juro mais elevadas. Não se pretende aqui elencar uma lista exaustiva de potenciais problemas enfrentados pela economia mundial; pretende-se, apenas, indicar a multiplicidade de riscos que a política comercial de Trump terá de contornar.

Mas os grandes desafios à economia mundial e americana residem, também, nas mudanças vislumbradas num futuro próximo. Inúmeras inovações tecnológicas e científicas desenvolvidas ao longo das últimas décadas começam a ser incorpora-

das na economia real, provocando profunda inquietação quanto ao seu impacto global na organização das sociedades industrializadas. A crescente penetração de *big data*, inteligência artificial, robótica, automação e engenharia genética têm um impacto exponencial na natureza da produção, do consumo e do lazer, em última análise, no enquadramento sociológico onde ocorrem as interações pessoais e das organizações. Independentemente dos contornos específicos das mudanças em curso, certo é que o *welfare state*, tanto na Europa como nos Estados Unidos, terá de sofrer adaptações de forma a precaver a sua sustentabilidade. Perante tal horizonte de mudança, tão desconhecido quanto vertiginoso, é naturalíssimo que aumente a insegurança – e, por conseguinte, a volatilidade – dos eleitorados quanto ao futuro. O que isto significa para o comportamento eleitoral ninguém pode saber ao certo. Mas, seguramente, não será excessivo sugerir que o populismo de Trump beneficiou eleitoralmente desta inquietação.

Estas inquietações quanto à economia mundial e aos tratados comerciais expressaram-se nas posições assumidas por Trump relativamente à China. Desde que Richard Nixon surpreendeu o mundo com a sua visita à “China Vermelha”, construiu-se um largo consenso americano em volta da política a adotar relativamente a este país. É certo que se verificaram momentos mais tensos, particularmente o esfriamento do relacionamento bilateral na sequência dos massacres na Praça de Tiananmen. Não obstante, o consenso permaneceu relativamente inalterado até à presidência de Barack Obama, quando a assertividade militar chinesa provocou a quebra do consenso em Washington¹⁴. Ao longo da sua campanha eleitoral, Donald Trump simplesmente manifestou a intenção de enterrá-lo de forma definitiva.

Bill Clinton e os seus sucessores saudaram, com maior ou menor entusiasmo, a globalização porque acreditavam que a intensificação das trocas comerciais gerava pressões no sentido da democratização. Paralelamente, o *establishment* de política externa aceitava a tese da paz interdemocrática, ou seja, a noção kantiana de que as democracias não se guerreiam. Podem ser extramente belicosas em relação a regimes não-democráticos, mas, entre si, não fazem a guerra. Sendo assim, a expansão da democracia aumentava a sustentabilidade da paz. Esta perspetiva animou os defensores dos alargamentos da NATO e da União Europeia para o leste europeu, e proporcionou uma estratégia para garantir a inclusão da China na ordem liberal. Sendo, portanto, que o incremento das relações comerciais coincidia com o objetivo estratégico de integrar a China na economia mundial, o bom relacionamento com Pequim passou a ser um objetivo de interesse vital para Washington. Por sua vez, insistindo na sua “emergência pacífica”, garantindo que jamais ameaçaria os seus vizinhos, Pequim parecia confirmar a validade da doutrina americana (Sham-

14 Sobre esta discussão, ver Steinberg e O’Hanlon (2014); Friedberg (2011) e Pillsbury (2015).

baugh, 2015). Por muito incrível que hoje pareça, estas ideias, estas declarações de intenções, estruturaram o consenso americano em política externa.

A determinação de incorporar a China na ordem internacional, objetivo considerado primordial para assegurar a estabilidade mundial, levou os decisores americanos a aceitarem um conjunto de assimetrias na relação entre os dois países. Estas assimetrias, no plano comercial, caracterizadas por Trump como “injustiças”, geraram uma relação bilateral deveras vantajosa para a parte chinesa. Porque se tratava de um preço aceitável para garantir a integração de Pequim na economia mundial, os decisores americanos aceitaram, de forma sistemática, práticas comerciais discriminatórias. Porque se acreditava que o surgimento da China seria pacífico, em prol dos objetivos estratégicos, aceitavam-se sacrifícios a nível da política comercial.

“As Garras do Dragão”

Com efeito, o consenso americano relativamente à China ruiu. Se não existe hoje um consenso quanto à estratégia mais adequada para lidar com o surgimento da China, é igualmente verdade que poucos acreditam numa emergência benigna. Por esta razão, a dureza da mensagem de Trump, mesmo que se considere inoportuna ou ineficaz, não choca. Dito de forma diferente, a ideia de que o regime de Pequim representa uma ameaça para os Estados Unidos deixou de ser uma posição radical. Ora, esta conversão do *establishment* deve-se a mudanças verificadas nos últimos anos. À medida que o modelo de crescimento acelerado chinês começou a evidenciar sinais de esgotamento, as elites comunistas, cuja legitimidade assentava em critérios de desempenho económico, passaram a legitimar o seu poder através de uma retórica nacionalista cada vez mais extremada. Esta novidade traduziu-se numa política externa assertiva e num comportamento ameaçador em relação aos países circundantes. Os investimentos massivos de Pequim na modernização da sua defesa, particularmente numa “marinha de águas azuis” capaz de projetar poder fora da sua região, aumentaram as suspeitas quanto ao alegado surgimento pacífico do país. Se dúvidas restassem, seriam desfeitas pela construção de “ilhas artificiais” no Mar do Sul da China, ignorando assim a sentença desfavorável do Tribunal Permanente de Arbitragem, como forma de afirmar reivindicações de soberania numa zona altamente disputada (Phillips, Holmes e Bowcott, 2015).

Durante a campanha eleitoral, Donald Trump, em várias ocasiões, rotulou a China de “grande campeão” da manipulação cambial, acrescentado que, no seu primeiro dia no Gabinete Oval, iria formalmente declarar o país um manipulador cambial¹⁵.

15 Depois de caracterizar a China como um “manipulador cambial” ao longo da campanha eleitoral, Trump, após a sua tomada de posse, voltou a utilizar a mesma designação (Holland e Lawder, 2017). Passados dois meses, em entrevista ao The Wall Street Journal, muda de opinião (Baker, Lee e Bender, 2017).

Afirmava, também, que os chineses recorriam a práticas discriminatórias com a finalidade de prejudicar as empresas americanas. Desde a obrigação de transferir tecnologia ao desrespeito flagrante pela propriedade intelectual, passando pela insuficiência das reformas no setor empresarial público, o governo de Pequim erguia barreiras à entrada das empresas estrangeiras e dificultava a sua presença no mercado chinês. Porque a lei dos Estados Unidos não permite discriminar empresas chinesas, distinguindo-as de outras companhias estrangeiras a operar no vasto mercado interno americano, Trump não está destituído de razão quando afirma que as empresas chinesas usufruem de vantagens que não são concedidas às empresas americanas no mercado chinês. Concluía, pois, que a melhor forma de proceder, e de manter um relacionamento bilateral equilibrado, é exigir de Pequim reciprocidade para as empresas americanas. A este propósito, não deixa de ser irónico constatar que o tratado bilateral que visa regular investimentos entre os dois países se encontrasse em processo de negociação há praticamente uma década.

A interrogação quanto à preservação destes equilíbrios que caracterizam a relação sino-americana foi levantada quando, algumas semanas depois das eleições, Donald Trump atende uma chamada telefónica de Tsai Ing-wen, Presidente da Formosa, congratulando-o pela vitória nas urnas (Landler e Sanger, 2016). Foi a primeira vez desde 1979, aquando do corte oficial de relações entre os dois países, que um Presidente (ou Presidente-eleito) americano falou diretamente com o seu homólogo taiwanês. Apesar de não ser conhecido o motivo que levou Trump a agir de forma tão heterodoxa, tratava-se de um sinal que Pequim não poderia ignorar. Até porque, durante a campanha eleitoral, Trump tinha questionado a *“One China Policy”* dos seus antecessores, o pilar crucial do relacionamento bilateral. Com efeito, em entrevista à Fox News, Trump explicou que não entendia a necessidade de manter a política da *“uma China única”* a menos que fosse possível negociar outras questões, incluindo comerciais, com o governo de Pequim¹⁶. Todavia, se o objetivo de Trump era a maximização da sua margem de manobra negocial, de criar alavancagem junto de Pequim, o questionar da *“One China Policy”* foi desproporcional.

No seguimento do histórico encontro entre Richard Nixon e Mao Zedong, em fevereiro de 1972, Washington adotou a política de *“uma única China”*, ou seja, o reconhecimento de que o território chinês é indivisível e que o governo legítimo é o de Pequim. Ao mesmo tempo que consumava esta viragem, Washington, com a anuência de Pequim, mantinha uma relação privilegiada com Taiwan. Ao longo de três décadas, Washington preservou uma *“ambiguidade estratégica”* quanto à resposta que daria em caso de se verificar uma tentativa de unificar a China através da

¹⁶ Ver Lander (2016). Pouco depois, e na sequência de um telefonema do Presidente chinês, Xi Jinping, anuncia uma mudança de política (Landler e Forsythe, 2017).

força. Sem vontade para “testar” os Estados Unidos sobre o estatuto da Formosa, evitando assim o risco de provocar uma guerra, os chineses aceitam o *status quo* vigente. Com efeito, este entendimento informal entre a China e os Estados Unidos sustenta a paz no estreito de Taiwan, onde a presença da marinha americana garante a estabilidade. Foi justamente este *status quo* que Trump, deliberadamente ou não, Trump desafiou ao atender a chamada de Tsai Ing-wen.

A estabilidade ocasionada pela presença de forças militares americanas não se reduz à área circundante ao estreito de Taiwan. As garantias de segurança que o dispositivo americano proporciona estendem-se por todo o Pacífico. As alianças com o Japão, através do tratado de segurança de 1960 e da presença de 49 mil efetivos no país, com a Coreia do Sul, onde se encontram 20 mil militares e a Austrália são essenciais para dissuadir potenciais agressores, incluindo a China. Ao sugerir que o Japão e a Coreia do Sul deveriam equacionar o desenvolvimento de capacidades nucleares de forma a suportar uma fatia maior dos custos inerentes à sua defesa, Trump introduziu um surpreendente elemento de incerteza nos equilíbrios regionais. Recentemente, numa tentativa de restaurar alguma previsibilidade na região, o Secretário de Defesa, Jim Mattis, reafirmou o “compromisso firme” dos Estados Unidos para com os aliados da região (Gordon e Choe, 2017).

A posição de Trump quanto à eventualidade da aquisição de armas nucleares para reduzir os custos da defesa confronta-se com dois problemas. Primeiro, como referiu o comandante das forças americanas na Coreia do Sul, o general Vincent Brooks, Seul absorve metade (808 milhões de dólares) do custo do contingente americano. Por outras palavras, seria mais dispendioso retirar as tropas do que mantê-las na península (Browne, 2016). Segundo, a aquisição de armas nucleares pelo Japão ou pela Coreia do Sul certamente provocaria uma espiral de insegurança cujo desfecho seria uma corrida aos armamentos nucleares, arrastando potências emergentes próximas dos Estados Unidos, como o Vietname. Inerentemente perigosa porque ocorreria numa região geoestratégica deveras volátil, a lógica da nuclearização seria nefasta para Washington. Não apenas porque aumentariam as possibilidades de o país ser envolvido num conflito nuclear, mas porque a nuclearização acabaria por diminuir o valor estratégico da presença das forças americanas no Pacífico. Porque não se vislumbram vantagens resultantes da proliferação nuclear nesta parte do mundo, dificilmente se compreende a sugestão de Donald Trump, exceto, possivelmente, em termos de contabilidade duvidosa mascarada de *burden-sharing*.

De qualquer forma, há uma questão estratégica, porventura a mais relevante nesta parte do mundo, virtualmente impossível de gerir sem a cooperação da China: o programa nuclear da Coreia do Norte. Dado que a Coreia do Norte se encontra comercialmente dependente da China – 85 por cento do comércio externo coreano passa por este país –, Pequim detém um poder considerável de persuasão junto de Pyongyang. Dito de forma clara, Kim Jong-un, está, em larga medida, refém das

escolhas de Pequim. Porém, até agora, Xi Jinping optou por não utilizar o capital negocial de que dispõe para alterar os comportamentos coreanos. Sendo que o colapso do regime de Pyongyang acarretaria consequências nefastas, incluindo uma vaga de refugiados em solo chinês, Pequim tem de ser prudente na forma como exerce a sua influência¹⁷. Os cenários provocados pelo colapso do poder comunista norte-coreano são, por isso, dissuasores de maior assertividade chinesa, até porque um processo de unificação peninsular tutelado por Seul representaria uma alteração de equilíbrios altamente desfavorável para Pequim. Atendendo a estes dados, Washington, em troca de contrapartidas comerciais e outras, pode exigir à China um maior empenho no controlo do arsenal nuclear coreano. Todavia, e muito compreensivelmente, Pequim jamais tomará medidas punitivas que possam originar o colapso da dinastia Kim.

Dir-se-á que os antecessores de Trump erraram ao não terem retardado a emergência da China. Mas, chegados a este ponto, a questão que se coloca é a de saber como se pode impedir a China de continuar a violar normas internacionais, como ilustra o desrespeito mostrado pelas determinações do Tribunal de Haia. Este imperativo coexiste com uma realidade inultrapassável: a China e os Estados Unidos nunca estiveram tão interdependentes. Note-se que o comércio bilateral ultrapassa os 600 mil milhões de dólares, e, igualmente importante, a China é o mercado em maior crescimento para os exportadores americanos. Neste quadro, a decisão do Presidente americano de abandonar o TPP, que criticara como um acordo que proporcionava uma porta de entrada para a adesão da China à zona de comércio livre a estabelecer, causa algum espanto. Não deixa de ser verdade que, subjacente ao TPP, estava a probabilidade da adesão de Pequim. Mas a adesão implicava o abandono das suas práticas comerciais discriminatórias. Trump fez uma apreciação negativa dessa eventualidade, mas, rejeitado o tratado, resta saber se os EUA podem obter acesso ao mercado chinês em condições de reciprocidade através de tratados bilaterais.

“O Elefante na Sala”

A polémica que, inesperadamente, dominou a campanha eleitoral de Donald Trump e os primeiros meses da sua presidência, prendeu-se com os contornos da relação que tencionava estabelecer com Vladimir Putin. A bom-rigor, a “questão russa” não pode ser entendida como uma única questão, mas como um conjunto de assuntos interligados, uma teia de relacionamentos que incide, principalmente, sobre a segurança e a natureza da ordem internacional. Sendo que o relacionamento russo-americano acarretará consequências duradouras a vários níveis, o posiciona-

17 Ver, por exemplo, Plant (2013).

mento heterodoxo assumido pelo novo Presidente face a Moscovo introduziu um grau elevado de incerteza junto dos aliados dos Estados Unidos. A rivalidade entre a Rússia e os Estados Unidos dificilmente será atenuada por simpatias pessoais que, aliás, normalmente são as primeiras vítimas da política externa. Independentemente da maior ou menor simpatia recolhida por Putin na Casa Branca, o relacionamento bilateral acabará por ser balizado pelas realidades do poder.

Apesar de ser demasiado cedo para chegar a conclusões definitivas, o comportamento de Donald Trump sugere que o Presidente encara a Rússia de forma radicalmente diferente dos seus antecessores e de grande parte do *establishment* de política externa. A título exemplificativo, em janeiro de 2017, no Twitter, Trump escrevia que “(T)er uma boa relação com a Rússia é uma coisa boa, não uma coisa má. Só pessoas estúpidas, ou idiotas, é que pensariam ser má!”¹⁸. Analisado a partir de um certo prisma, não se pode dizer que a afirmação seja errónea; intuitivamente, julga-se que as “boas relações” são preferíveis ao seu contrário. Mas a questão não pode ser colocada ao nível da intuição, ou das intenções, porque a lógica dos interesses nacionais de ambos os Estados pode, simplesmente, inviabilizar uma boa relação. A linguagem moralista utilizada por Trump ignora que a busca da realização dos interesses vitais pauta as relações intraestaduais.

Se é verdade que a Rússia não constitui uma ameaça existencial equivalente àquela que a União Soviética representara ao longo da guerra fria, é igualmente verdade que a política externa neoimperial de Vladimir Putin coloca desafios monumentais aos interesses vitais dos Estados Unidos em várias partes do globo¹⁹. Contrariamente ao que afirmou Barack Obama, a Rússia não se reduz a uma mera “potência regional”. A Federação Russa pode ser – e muito provavelmente será – uma potência em declínio, realidade evidenciada, *inter alia*, pelo facto de a sua capacidade de projetar poder ser hoje manifestamente inferior ao que era durante o período soviético. Mas é igualmente incontestável que esta capacidade de projeção de poder não se limita a uma dimensão estritamente regional. Convém, a este propósito, recordar que o vasto arsenal nuclear do Kremlin continua a ser o único no mundo capaz de assegurar a destruição física dos Estados Unidos. Eis a razão, se outras não houvesse, para que a relação com Moscovo se situa num patamar singular. Acrescenta-se que, em virtude deste seu estatuto nuclear, e como ficou patente no Irão, Moscovo pode incentivar ou desencorajar a nuclearização de terceiros. Sabe-se que as escolhas russas no domínio da proliferação nuclear não dependem exclusivamente do seu relacionamento com os Estados Unidos, mas são balizadas por ele.

18 “*Having a good relationship with Russia is a good thing, not a bad thing. Only stupid people, or fools, would think that it is bad!*”.

19 Existe uma vasta literatura sobre esta questão. Ver, por exemplo, Lucas (2008) e Kanet (2017).

Donald Trump, durante a campanha eleitoral, afirmou que Putin poderia ser um valioso aliado na luta contra o terrorismo, um parceiro no combate ao “Estado Islâmico” (Taylor e Muñoz, 2016)²⁰. Sabe-se que os serviços de informação russos dispõem de vasta experiência e de um conhecimento único de vários países fustigados pelos grupos jihadistas. Sabe-se, igualmente, que a partilha de informações com os Estados Unidos tem, depois do 11 de setembro de 2001, oscilado ao ritmo dos percalços verificados no relacionamento bilateral. Por outro lado, dado a extensão física da Rússia, abrangendo dois continentes e fazendo fronteira com a União Europeia, a NATO, os Estados Unidos e o Canadá no Ártico, onde a competição estratégica se torna cada vez mais intensa, nenhum Presidente americano pode evitar estabelecer um relacionamento estável com o Kremlin. Nesse sentido, Trump tem toda a razão em concluir que uma “boa relação” com Putin seria desejável. Que essa relação possa ser construída já é altamente duvidoso.

Para a Europa, à luz da crescente agressividade da política externa de Putin, a natureza da relação russo-americana afigura-se crítica. A configuração da ordem europeia que emergiu na sequência da implosão do império soviético, estabelecida com a anuência de Boris Yeltsin, é, hoje, inaceitável para as elites russas. As invasões militares da Geórgia e da Ucrânia, a anexação da Crimeia e as ameaças permanentes à soberania dos países bálticos evidenciam que, pelo menos no tocante ao “estrangeiro próximo”, o Kremlin está empenhado em reconstruir a influência exercida em décadas passadas²¹. Com efeito, desde que Putin assumiu a chefia do país, a Rússia transformou-se, paulatinamente, numa potência revisionista resolvida a alterar a ordem europeia. À medida que o projeto neoimperial de Putin se consolidou, também as elites russas abandonaram as normas que têm pautado as relações entre Estados europeus, nomeadamente as regras institucionalizadas na Ata Final de Helsínquia de 1975 e na Carta de Paris de 1990. Mais preocupante, como ficou patente na Crimeia, Moscovo deixou de excluir a possibilidade de recorrer à força militar para atingir os seus propósitos no “estrangeiro próximo”. Este padrão comportamental demonstra que, para o Kremlin, a plena inserção do país na ordem europeia deixou de ser um objetivo político. Se a caótica transição para o pós-comunismo abriu uma janela à europeização da Rússia, hoje as elites russas revêem-se numa visão euro-asiática²². Esta mudança, por sua vez, alterou a leitura dos alargamentos da NATO e da União Europeia. Para os europeístas que rodeavam Yeltsin, a expansão destas instituições para os ex-países comunistas era entendida como uma fonte de segurança na medida em que também permitia

20 Sobre esta questão, ver ainda McKew (2017).

21 Uma excelente análise pode ser consultada em Toal (2017). Ver também, Rywkin (2015).

22 Sobre esta questão, ver Laruelle (2008). As ideias fundamentais desta abordagem podem ser encontradas num trabalho de Dugin (2014), o “ideólogo” da perspetiva euro-asiática.

amarrar a Rússia ao espaço democrático ocidental. Consolidada a visão euroasiática de Putin, os alargamentos transformaram-se em fontes de insegurança, instrumentos para completar o “cerco estratégico” da Rússia. Daí que se conclua que a tese sustentando que foram os alargamentos que precipitaram o neoimperialismo de Putin inverte o verdadeiro nexo de causalidade. Convém, pois, recordar que a derrota do projeto europeísta na Rússia se deve a fatores de política doméstica russa e não aos alargamentos da NATO e da União Europeia.

Atendendo às mudanças ocorridas na Rússia desde que Putin assumiu o poder, não surpreende que nenhum Presidente americano tenha conseguido estabelecer um bom relacionamento com o Kremlin. Obama foi apenas o último a confrontar-se com o insucesso. Determinado a fazer um “recomeço” (*reset*) nas relações com Moscovo, terminou o seu mandato a encarar a Rússia como uma das maiores ameaças ao interesse nacional dos Estados Unidos. Abandonado o voluntarismo dos primeiros tempos, concluiu que as clivagens estruturais resultantes da competição estratégica fazem da Rússia um adversário temível. Será, certamente, possível gerir as tensões inerentes à relação porque os interesses vitais dos dois Estados assim o exigem. Mas gerir a relação não é sinónimo de uma relação de amizade e cooperação. É justamente neste ponto que Trump – insistindo na necessidade de firmar uma “boa relação” – parece estar profundamente equivocado. Putin, mesmo que o entendesse, não tem margem para quebrar as amarras impostas pelo ressentimento antiamericano e as fantasias euroasiáticas do *establishment* russo.

Sendo assim, as declarações de Trump sobre a Rússia, e os seus numerosos elogios à liderança de Vladimir Putin, provocam alguma inquietação. Porque o novo Presidente americano perfilha uma visão transacional das relações internacionais, muito naturalmente julga que basta chegar a um bom acordo entre as partes para resolver problemas entre países. Partindo do pressuposto de que esta será a prática negocial de Trump, a sua “*art of the deal*”, levanta-se a questão de saber exatamente quais as concessões que estará disposto a fazer para garantir o “*good deal*” que insistentemente refere. Se for tentado a fazer concessões unilaterais, na expectativa de assim alterar o comportamento de Putin, apenas encorajará o Presidente russo a manter o padrão de comportamento até agora exibido. Se, portanto, as concessões unilaterais incentivam a assertividade russa, e ciente de que o confronto militar seria suicidário, urge identificar as áreas onde existe margem negocial para gerir com sucesso este relacionamento.

Efetivamente, os interesses nacionais americanos e russos convergem em torno de duas questões concretas: o combate ao terrorismo e o controlo do armamento nuclear. Definindo o combate ao terrorismo como a sua primeira prioridade em política externa, Trump acusou Obama de ter sido incapaz de articular uma estratégia para derrotar o “Estado Islâmico”. Segundo esta leitura, a “fraqueza” de Obama explica o seu insucesso na luta contra o terrorismo. Foram, pois, as ambi-

guidades e hesitações demonstradas por Obama, e não as complexidades inerentes à luta contra o terrorismo, que o impediram de destruir o “Estado Islâmico” (Gibson e Holland, 2016). As razões do fracasso eram simbolizadas pela sua recusa em enfrentar o fenómeno terrorista com realismo. Incapaz de reconhecer a especificidade islâmica do fenómeno jihadista, Obama, que sempre recusou o termo “terrorismo islâmico”, jamais poderia formular uma estratégia antiterrorista adequada.

Se é uma evidência que a Rússia tem mostrado estar empenhada no combate ao terrorismo, sobretudo por razões que se prendem com o separatismo checheno, já não é igualmente líquido que, no Médio Oriente, haja uma compatibilidade entre os interesses russos e americanos. O combate ao Daesh – referido por Trump como objetivo suscetível de unir a Rússia e os EUA – não é de todo uma prioridade de Putin. Pelo contrário, tudo indica que as tropas russas presentes no teatro sírio não se empenham na luta contra o “Estado Islâmico” (Czuperski, Herbst, Higgins, Hof e Nimmo, 2016; Shelbourne, 2017). Vários fatores convergem para explicar por que motivo Putin optou pela contenção, e não pela destruição, do Daesh. Desde logo, enquanto existirem outros grupos armados que constituem ameaças mais imediatas ao regime alauita, o “califado” configura um perigo relativamente marginal para Damasco, até porque o Daesh disputa recrutas com a Jabhat Fateh al-Sham (Frente al-Nusra) e outras organizações jihadistas, assim contribuindo para a fragmentação dos *mujahedin*. Na ótica de Moscovo, o califado é preferível a um território dominado pelos *peshmerga* e os seus aliados americanos.

De igual modo, a existência do califado não colide com os objetivos de Putin no Iraque. Dominado por partidos xiitas, o governo central iraquiano serve-se do “Estado Islâmico” para mobilizar as milícias xiitas que sustentam o poder em Bagdad. Por outro lado, o perigo representado pelo Daesh proporciona a justificação para que o Irão, o aliado de Putin e de al-Assad, continue a sua ingerência no Iraque e, não menos importante, a destacar unidades dos Guardas Revolucionários (a Força al-Quds) para auxiliar o governo de Haider al-Abadi. Dado que a presença iraniana no Iraque constitui um revés significativo para toda a política regional de Washington, não se vislumbram incentivos para Putin se colocar ao lado de Trump na luta contra o Daesh. Antes pelo contrário, o “califado” proporciona-lhe *leverage* em eventuais negociações com Washington sobre o ordenamento do Médio Oriente.

Se a luta contra o terrorismo não promete ser campo fértil para uma aproximação russo-americana, já o controlo de armamento nuclear pode permitir alguns entendimentos. A título exemplificativo, a renovação do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF), bloqueado em resultado das fricções dos últimos anos, seria um sinal inequívoco de progresso neste campo. Até porque, desde que Putin chegou à presidência, o regime de controlo de armamento na Europa, e não

apenas o armamento nuclear, tem vindo a ser severamente enfraquecido²³. Resta saber se Moscovo está na disposição de se amarrar ao controlo de armamentos numa altura em que as relações russo-americanas se encontram em fase de degradação, largamente resultado das tensões geradas pelo comportamento bélico de Putin na Europa Central.

À semelhança da União Soviética, a Rússia pretende enfraquecer e, no limite, provocar a desintegração da União Europeia e da Aliança Atlântica. Na perspetiva das elites que rodeiam Putin, a maximização da segurança russa passa forçosamente pela desagregação destas organizações. Partindo desta leitura quanto às intenções russas, torna-se evidente que a preservação da coesão europeia continua a ser do interesse dos Estados Unidos. Por isso mesmo, Trump deveria inibir-se de emitir sinais diplomáticos cuja consequência possa ser o agravamento de divergências entre os dois lados do Atlântico. Muito menos deveria fazer provocações gratuitas que apenas beneficiam os interesses estratégicos de Moscovo. Mas, inexplicavelmente, Donald Trump tem optado pelo caminho inverso, proferindo declarações sobre a NATO que não poderiam deixar de suscitar profundas incertezas no seio da Aliança Atlântica (Shiffrinson, 2017). Ao caracterizar a aliança como “obsoleta”, gerou desconfiança quanto ao papel que vislumbrava para os Estados Unidos na região e, sobretudo, levantou dúvidas quanto à garantia de segurança proporcionada pelo artigo 5²⁴.

Se as afirmações de Trump indicavam uma viragem na política europeia de Washington, os responsáveis pelos Departamentos de Defesa e de Estado vieram a público reafirmar o compromisso americano com os seus aliados europeus (Kheel, 2017; Herszenhorn e Paravicini, 2017). Depois de permitir o surgimento de dúvidas quanto ao seu compromisso com a segurança dos aliados, Washington insiste que as obrigações inerentes ao artigo 5 serão escrupulosamente respeitadas em caso de agressão contra qualquer país-membro da NATO. Estas declarações formais são indispensáveis, mas a colocação de tropas americanas, e de outros países, no flanco leste tornou-se essencial. Para dissuadir Moscovo, os Estados Unidos colocaram nos três países bálticos mil efetivos militares como “*tripwire*”, ou seja, sinalizaram a Putin que uma investida militar, que invariavelmente arrastaria as tropas americanas, acionaria uma resposta militar robusta por parte dos Estados Unidos (Chamberlain, 2016). Em resposta, Putin colocou, em Kaliningrado, sistemas de defesa aérea modernos e mísseis nucleares de curto alcance, sinalizando a sua disponibilidade para recorrer a armas nucleares no teatro europeu em caso de confronto armado com a Aliança Atlântica (Kelly, 2016).

23 Ver, por exemplo, Thielmann (2017).

24 Donald Trump, alguns meses depois, afirmou que a NATO não se encontrava “obsoleta”. Sobre a evolução da posição do Presidente americano, ver Baker (2017).

Neste quadro, não é particularmente difícil descortinar a natureza das concessões a serem exigidas por Vladimir Putin em troca de uma “boa relação” bilateral com os americanos. Dado que o Kremlin insiste que os alargamentos da NATO e da União Europeia, tal como o “golpe fascista” que afastou Viktor Yanukovich do poder em Kiev, consubstanciam um “cerco estratégico” à Rússia, as garantias de seguranças exigidas passariam por cedências neste âmbito. Considerando a dificuldade de fazer concessões quanto à NATO, poderia, por exclusão de partes, existir a tentação de compensar Putin na Ucrânia. Essas cedências poderiam ir desde o abandono das sanções e do processo Minsk ao reconhecimento efetivo de que a Ucrânia se insere numa zona de influência russa no “estrangeiro próximo”. Será impossível a Trump desencadear um processo negocial assente neste tipo de concessões, inaceitáveis sob pena de os Estados Unidos verem a sua credibilidade internacional minada.

Chegados a este ponto, convém perguntar se a perceção de Trump quanto à Rússia corresponde à realidade da política externa de Putin. A este propósito, recorde-se que o Presidente americano afirmou, durante a sua campanha, que Putin não “entraria” pela Ucrânia, numa altura em que soldados russos conduziam uma guerra no leste da Ucrânia e depois de consumada a anexação da Crimeia (Bradner e Wright, 2016; Tamkin, 2016). Mesmo admitindo que as declarações revelaram alguma desatenção aos factos, as palavras de Trump obrigam agora ao reforço da coesão e das capacidades operacionais da Aliança Atlântica de forma a evitar erros de perceção por parte de Moscovo. Nesse sentido, Trump, ao exigir que os Estados-membros da Aliança Atlântica cumpram a meta orçamental de 2 por cento do PIB para a defesa, dá um contributo positivo para aumentar a responsabilização dos parceiros, ao mesmo tempo que diminui a fricção quanto aos “*free riders*” no seio da aliança. Na medida em que a NATO requer a modernização das forças para enfrentar os desafios que se vislumbram no horizonte, incluindo recursos significados no âmbito da cibersegurança, os investimentos reivindicados por Trump são desejáveis.

Desde que, em 2007, a Rússia desencadeou um ciberataque contra a infraestrutura da Estónia, tornou-se claro que as antigas repúblicas soviéticas europeias do denominado “estrangeiro próximo” são alvos privilegiados da intimidação russa. A postura perante os Estados Bálticos não é um caso isolado, pois o Kremlin visa construir uma “zona de influência” na Europa Central, parte de um objetivo mais vasto que antecipa a reconstrução, sem bem que em novos moldes, do império soviético. É justamente por meio deste crescente desrespeito pela soberania dos países circundantes que a Rússia ameaça a ordem europeia. Em suma, capitular perante as ambições de Moscovo nesta parte do mundo, incluindo um abandono das sanções impostas na sequência da anexação da Crimeia, apenas sinalizaria que os Estados Unidos se conformam com a ingerência russa na região.

O “Trumpismo” no Vazio de Obama

Não era previsível que o primeiro “teste” à política externa de Donald Trump viesse a ocorrer no Médio Oriente. A bom-rigor, atendendo às declarações de Trump durante a campanha presidencial, tudo indicava que a abordagem “trumpista” à região fosse relativamente convencional. Em conformidade com a visão global subjacente ao princípio “*America First*”, enunciado formalmente durante o discurso de tomada de posse de Trump, era de antecipar que o Presidente tentasse reduzir os compromissos, particularmente de natureza militar, que, há décadas, consumiam um montante elevado de sangue e tesouro²⁵. Nesse sentido, Trump situava-se numa linha de continuidade com a política estabelecida pelo seu antecessor, cuja finalidade era, justamente, diminuir a centralidade da região na política externa de Washington. A viragem para o Pacífico preconizada por Obama era, simultaneamente, uma forma de reconhecer a crescente importância da Ásia e de sinalizar que o Médio Oriente consumia um montante desproporcional dos recursos. Antecipava-se, portanto, a continuação, porventura a aceleração, do retraimento do Médio Oriente encetado por Barack Obama.

Na fase final do seu segundo mandato, determinado a obter um “acordo histórico” com o Irão, Obama abandonou a política de contenção da República Islâmica seguida ao longo de três décadas. Convencido que a contenção deixara de ser uma opção credível, concluiu que a única forma de travar a nuclearização iraniana era através do *engagement* dos *ayatollahs* num quadro multilateral. Trilhou esse caminho numa altura em que Teerão se assumia como a potência preponderante no Iraque, no Líbano e nas partes da Síria ainda dominadas por Bashar al-Assad. Ao proceder com a normalização da relação com o Irão na ausência de concessões quanto ao intervencionismo deste país na vizinhança, Obama acabou por reforçar o poderio iraniano na região e incrementar a insegurança dos Estados sunitas aliados de Washington.

Em contraste com o seu antecessor, Trump, durante a sua campanha, sugeriu que era necessário renegociar o acordo nuclear a fim de tornar as medidas de verificação consideravelmente mais robustas (Kaczynski, 2016). Todavia, foi menos claro quanto às repercussões da emergência do Irão como potência regional e do retraimento iniciado por Obama. Dito de forma diferente, parecia desconhecer que o surgimento iraniano provocara a competição geoestratégica no Médio Oriente e que, ante a previsível redução do envolvimento dos americanos na região, surgiam profundas inquietações quanto ao ordenamento futuro do Médio Oriente. E uma vez que a China e a Rússia se mostraram relutantes (ou incapazes) em assumir o papel de potência hegemónica em substituição dos Estados Unidos, gerou-se um

25 O discurso de tomada de posse do Presidente Trump está disponível em <https://www.whitehouse.gov/inaugural-address>.

vazio de poder que, muito provavelmente, será preenchido pelo Irão, a Arábia Saudita, a Turquia e o Egito.

Os últimos anos de Barack Obama também foram marcados por uma deterioração significativa da relação israelo-americana, e por uma indisfarçável hostilidade entre o Presidente americano e Benjamin Netanyahu (Saltzman, 2016). O Primeiro-Ministro israelita insurgiu-se contra o acordo ainda a ser negociado com o Irão, chegando, perante o Congresso americano, em março de 2015, a afirmar que o resultado de tal acordo seria uma inexorável corrida ao armamento nuclear na região. Recebeu, do Congresso, uma ovação de pé. Sem precedente na história dos dois países, a investida política de Netanyahu contra o Presidente certamente contribuiu para exacerbar a degradação do relacionamento bilateral. Mas as relações começaram a esfriar muito antes, praticamente desde o primeiro dia da presidência de Obama. Este, no seu “discurso do Cairo”, caracterizou a situação dos palestinianos como “intolerável”, acrescentando que Washington “não voltaria as costas à aspiração legítima palestiniana de obter dignidade, oportunidades e um estado próprio”²⁶. Para isso, defendia a “solução dois Estados” e condenava a expansão dos colonatos na “faixa ocidental”. Respondendo às pressões de Washington, Telavive mantinha inalterada a sua política de construção de colonatos. O impasse jamais seria ultrapassado, e a deterioração das relações entre Obama e Benjamin Netanyahu tornou-se irreversível.

A posição de Trump relativamente a Israel seria mais convencional. Tal como no passado, o Estado hebraico era entendido com o aliado privilegiado dos Estados Unidos no Médio Oriente. Trump iria mais longe durante a campanha, prometendo deslocar a embaixada do seu país para Jerusalém, sinalizando assim o reconhecimento da cidade como a capital de Israel. Estava, assim, dada a primeira indicação de que Trump não se deixaria amarrar pelos pressupostos que balizavam a relação bilateral e o processo de paz israelo-palestiniano. Tudo isto se confirmou em fevereiro de 2017, aquando do seu encontro com Benjamin Netanyahu. Trump indicou que Washington abandonara a “solução dois Estados” que orientara a diplomacia americana ao longo de mais de vinte anos, e ambos levantaram a eventualidade de se procurar um “*grand bargain*” regional em parceria com os regimes árabes moderados, uma perspetiva coincidente com as soluções avançadas ao longo dos últimos anos pela direita israelita (Baker e Landler, 2017). Em contraste, o Secretário-geral da Liga Árabe, Ahmed Aboul Gheit, salientou que uma “solução justa e global” teria de estar assente na “solução dois Estados” (Al Jazeera, 2017).

Todavia, a ideia de um “*grand bargain*” regional, assente na paz israelo-palestiniana, não é nova. Com efeito, uma versão desta abordagem, que forçosamente obriga o

26 O discurso de Obama está reproduzido em “Text: Obama’s Speech in Cairo”, *The New York Times*, 4 de junho de 2009, disponível em <http://www.nytimes.com/2009/06/04/us/politics/04obama.text.html>.

regresso de Israel às fronteiras anteriores a 1967, foi colocada na mesa pela Arábia Saudita em 2002²⁷. É sabido que a determinação de conter o Irão, cuja influência cresce na Síria, Líbano, Iémen e Iraque, une Israel aos Estados do Golfo Pérsico, ao Egito e à Jordânia. Tradicionalmente próximo de Israel, a Turquia também teme a extensão da influência xiita para as suas fronteiras. Porém, todos estes Estados temem a reação das suas opiniões públicas caso abandonem a “solução dois Estados”. Reafirmando a aliança com Israel, e tornando claro que pretende reduzir a dependência dos Estados Unidos relativamente à Arábia Saudita, Trump pode criar condições para que se volte a colocar na mesa o “grande entendimento regional”. Não era apenas a questão israelo-palestiniana que suscitava as críticas contundentes de Trump à atuação do seu antecessor. Na perspetiva de Trump, o comportamento de Obama na Síria pautou-se pela indecisão e ambiguidade estratégicas. O fracasso na Síria tornou-se deveras evidente depois de Obama ter traçado uma “linha vermelha” quanto à utilização de armas de destruição massiva pelo regime alauita. Quando, em finais de agosto de 2013, al-Assad viola a “linha vermelha” definida por Obama, num ataque contra a população de Ghouta, esperava-se que a Casa Branca retaliasse militarmente. Mas Obama optou por transferir a questão para o Congresso, assim garantindo que não haveria recurso ao uso da força. Depois de ter anunciado publicamente que Bashar al-Assad teria de abandonar a liderança do país, ou seja, de se ter comprometido com uma política de mudança de regime na Síria, o Presidente americano refugiou-se na inação. Abriu-se, desta forma, um vazio que permitiu a intervenção militar russa, alterando o rumo da guerra civil e impedindo o colapso do regime de al-Assad.

Se as posições de Trump em política externa são frequentemente ambíguas, no tocante à guerra civil síria foram de uma clareza cristalina. Em variadíssimas ocasiões, o então candidato presidencial se manifestou contra o uso da força naquele país. Avisou, através do Twitter, para “não se atacar na Síria”²⁸. Ao mesmo tempo, a nova embaixadora americana para as Nações Unidas, Nikki Haley, indicava uma viragem na posição dos Estados Unidos no sentido de apoiar a mudança de regime na Síria (Gardner, 2017). Por seu lado, o Secretário de Estado, Rex Tillerson, declarava que o destino do “tirano” deveria ser decidido pelo povo sírio (Daily Mail, 2017). Tudo mudou quando Trump assistiu às imagens de televisão das vítimas do ataque químico em Idlib. Menos de 72 horas depois, ordenou um ataque com mísseis de cruzeiro contra uma base aérea Síria.

Se é verdade que o uso da força não era sinónimo de uma política de mudança de regime na Síria, porquê recorrer aos bombardeamentos? A explicação de Trump, de que se tratava de um sinal quanto às “linhas vermelhas” que não podem ser ultra-

27 Para uma boa discussão, ver Podeh (2014).

28 Sobre a evolução da posição de Trump no Twitter, ver Hoffman (2017).

passadas, denotava que se estava a “enviar um sinal” a Damasco, a dar uma resposta proporcional que deixava claro que, no futuro, o uso de armas químicas teria uma resposta militar robusta (Conway, Wright e Toosi, 2017). No fundo, Trump tencionou balizar os limites aceitáveis da guerra civil. Em suma, fez aquilo que Obama se recusou a fazer. Ao agir militarmente contra o regime de al-Assad, Trump certamente sabia que uma das consequências seria o aumento de tensões com Moscovo. Resta saber se a Síria não será o início da normalização da política externa de Donald Trump.

Conclusão

Tentar antecipar as linhas mestras da política externa de qualquer Presidente americano é um exercício arriscado. É-o duplamente quando se trata de prever a política externa de Donald Trump. Historicamente, era relativamente fácil identificar continuidades e descontinuidades na política externa americana porque, no essencial, os antecessores de Trump partilhavam da mesma visão sobre a ordem internacional. Trump foi eleito para abandonar a ordem liberal que exigiu a liderança dos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial. Daí a inquietação que provoca nas chancelarias.

Algumas das declarações mais polémicas proferidas por Trump durame a campanha eleitoral não se concretizaram nos primeiros cem dias de mandato. Pode, por isso, dar-se o caso de Donald Trump ainda vir a traçar uma política externa pragmática, assente nas premissas do passado mais recente. Não podendo excluir a possibilidade, sobretudo no que diz respeito aos relacionamentos com as grandes potências e com os aliados tradicionais dos Estados Unidos, convém recordar que a política externa até agora delineada largamente reflete os anseios da base de apoio que o conduziu até à Casa Branca. Recuos quanto à China e à Rússia são possíveis, recuos no âmbito dos acordos comerciais e da política de imigração são improváveis. Há, portanto, um “*inner core*” de políticas que jamais serão abonadas. Outras, o “*outer core*”, não são essenciais para a base social de apoio do Presidente, e, por isso, podem ser revistas sem acarretar perdas eleitorais.

Dito isto, as questões mais complexas que Donald Trump terá de enfrentar são o surgimento da China e a estabilidade europeia. Quanto à primeira, a forma como Trump irá definir o relacionamento com Pequim terá consequências na gestão dos equilíbrios asiáticos que, paulatinamente, as autoridades chinesas têm vindo a subverter. Um dos primeiros sinais que a China terá de transmitir prende-se com a sua disponibilidade para desempenhar um papel construtivo quanto ao programa nuclear e balístico da Coreia do Norte. Na ausência de uma vontade nítida para contribuir para uma solução na península coreana, dificilmente se evitará a degradação do relacionamento sino-americano. Quanto à segunda, a realidade inerente à competição estratégica na Europa, numa conjuntura em que a Rússia se mostra

determinada a reconstituir a zona de influência do império soviético, seguramente impedirá Trump de forjar uma relação com Moscovo distinta da dos seus antecessores. O revisionismo de Trump terá sucessos, mas o essencial da política externa americana resistirá.

Referências

- Al Jazeera, 2017. UN, Arab League reiterate support for Palestinian state. *Al Jazeera*, 17 de fevereiro. Disponível em <http://www.aljazeera.com/news/2017/02/arab-league-reiterate-support-palestinian-state-170216132849916.html>.
- Allen, J. e Parnes, A., 2017 *Shattered: Inside Hillary Clinton's Doomed Campaign*. New York: Crown.
- Baker, G.; Lee, C. E. e Bender, M. C., 2017. Trump Says Dollar 'Getting Too Strong', Won't Label China a Currency Manipulator. *The Wall Street Journal*, 12 de abril. Disponível em <https://www.wsj.com/articles/trump-says-dollar-getting-too-strong-wont-label-china-currency-manipulator-1492024312>.
- Baker, P., 2017. Trump's Previous View of NATO Is Now Obsolete. *The New York Times*, 13 de abril. Disponível em https://www.nytimes.com/2017/04/13/world/europe/nato-trump.html?_r=0.
- Baker, P. e Landler, M., 2017. Trump, Meeting With "Netanyahu, Backs Away From Palestinian State". *The New York Times*, 15 de fevereiro. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/02/15/world/middleeast/benjamin-netanyahu-israel-trump.html>.
- Biscop, S., 2016. Has Trump reshuffled the cards for Europe? *Egmont Security Policy Brief* n°79. Disponível em <http://aei.pitt.edu/86890/1/SPB79.pdf>.
- Bradner, E. e Wright, D., 2016. Trump says Putin is 'not going to go into Ukraine,' despite Crimea. *CNN*, 1 de agosto. Disponível em <http://edition.cnn.com/2016/07/31/politics/donald-trump-russia-ukraine-crimea-putin>.
- Browne, R., 2016. Top general: Cheaper to keep troops in South Korea than U.S. *CNN*, 21 de abril. Disponível em <http://edition.cnn.com/2016/04/21/politics/trump-troops-korea-japan-cheaper-abroad>.
- Buchanan, P., 2002. *The Death of the West: How Dying Populations and Immigrant Invasions Imperil Our Country and Civilization*. New York: St. Martin's Press.
- Buchanan, P., 1998. *The Great Betrayal: How American Sovereignty and Social Justice Are Being Sacrificed to the Gods of the Global Economy*. New York: Little Brown and Company.
- Bush, G. W., 2010. *Decision Points*. New York: Random House.
- Chamberlain, D. P., 2016. NATO's Baltic Tripwire Forces Won't Stop Russia. *The National Interest*, 21 de julho. Disponível em <http://nationalinterest.org/blog/the-skeptics/natos-baltic-tripwire-forces-wont-stop-russia-17074>.

- Chozick, A., 2016. Hillary Clinton calls many Trump backers 'deplorables' and GOP pounces. *The New York Times*, 10 de setembro. Disponível em https://www.nytimes.com/2016/09/11/us/politics/hillary-clinton-basket-of-deplorables.html?_r=0.
- Conway, M.; Wright, A. e Toosi, N., 2017. Trump: Chemical attack in Syria 'crossed many, many lines'. *Politico*, 5 de abril. Disponível em <http://www.politico.com/story/2017/04/trump-chemical-attacks-in-syria-crossed-many-many-lines-236920>.
- Cook, T. I. e Moos, M., 1952. Foreign Policy: the Realism of Idealism. *The American Political Science Review*, 46(2), pp. 343-356.
- Czuperski, M.; Herbst, J.; Higgins, E.; Hof, F. e Nimmo, B., 2016. *Distract, Deceive, Destroy: Putin at War in Syria*. The Atlantic Council. Disponível em <http://publications.atlanticcouncil.org/distract-deceive-destroy/assets/download/ddd-report.pdf>.
- Daily Mail, 2017. Tillerson says Assad's fate up to Syrian people. *Daily Mail*, 30 de março. Disponível em <http://www.dailymail.co.uk/wires/afp/article-4364592/Tillerson-says-Assads-long-term-status-Syrian-people.html>.
- Daniels, M., 2014. American "Declinism": A Review of Recent Literature. *Parameters*, 44(4), pp. 135-140.
- Davis, J. H. e Rappeport, A., 2017. After calling Nafta 'worst trade deal', Trump appears to soften stance. *The New York Times*, 30 de março. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/03/30/business/nafta-trade-deal-trump.html>.
- Dugin, A., 2014. *Eurasian Mission: An Introduction to Neo-Eurasianism*. Moscow: Arktos Media Ltd.
- Fidler, D. P., 2017. President Trump, Trade Policy, and American Grand Strategy: From Common Advantage to Collective Carnage. *Asian Journal of WTO & International Health Law and Policy*, 12(1), pp. 1-31.
- Freedman, R. O., 2017. The erosion of US-Israeli relations during Obama's Second Term. *Israel Affairs*, 23(2), pp. 253-272.
- Friedberg, A., 2011. *A Contest for Supremacy: China, America, and the Struggle for Mastery in Asia*. New York: WW Norton.
- Gardner, T., 2017. Trump's U.N. envoy says ouster of al-Assad is a priority of U.S. *Reuters*, 9 de abril. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-haley-idUSKBN17B026>.
- Gibson, G. e Holland, G., 2016. Trump calls Obama, Clinton Islamic State 'co-founders,' draws rebuke. *Reuters*, 11 de Agosto. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-usa-election-trump-idUSKCN10M146>.
- Glasser, S. B., 2017. Trump Takes on the Blob. *Politico*. Disponível em <http://www.politico.com/magazine/story/2017/03/trump-foreign-policy-elites-insiders-experts-international-relations-214846>.

- Gordon, M. R. e Choe, S-H., 2017. Jim Mattis, in South Korea, tries to reassure an ally. *The New York Times*, 2 de fevereiro. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/02/02/world/asia/james-mattis-us-korea-thaad.html>.
- Hanchett, I., 2016. Trump: Federal government's top three functions are security, health-care, and education. *Breitbart*, 29 de março. Disponível em <http://www.breitbart.com/video/2016/03/29/trump-federal-governments-top-three-functions-are-security-healthcare-and-education>.
- Herszenhorn, D. M. e Paravicini, G., 2017. Rex Tillerson wins applause, literally, in NATO debut. *Politico*, 31 de março. Disponível em <http://www.politico.eu/article/rex-tillerson-wins-applause-literally-in-nato-debut-donald-trump-foreign-policy-putin-russia>.
- Hoffman, A., 2017. 18 Times Donald Trump Said the U.S. Shouldn't Bomb Syria. *Time*, 7 de abril. Disponível em <http://time.com/4730219/syria-missile-attack-donald-trump-tweets>.
- Holland, S. e Lawder, D., 2017. Exclusive: Trump calls Chinese 'grand champions' of currency manipulation. *Reuters*, 24 de fevereiro. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-usa-trump-china-currency-exclusive-idUSKBN1622PJ>.
- Jacobs, M., 2016. Ronald' Trump: Why 2016 Is Looking a Lot Like 1980. *The Daily Beast*, 24 de maio. Disponível em <http://www.thedailybeast.com/articles/2016/05/24/ronald-trump-why-2016-is-looking-a-lot-like-1980>.
- Joffe, J., 2012. Declinism's Fifth Wave. *The American Interest*, 7(3), pp. 95-98.
- Johnston, D. C., 2016. *The Making of Donald Trump*. Brooklyn: Melville House.
- Kaczynski, A., 2016. Trump foreign policy adviser: Trump will demand changes to the Iran nuclear deal. *CNN*, 10 de novembro. Disponível em <http://edition.cnn.com/2016/11/10/politics/walid-phares-iran-deal>.
- Kagan, R., 2017. The Twilight of the Liberal World Order. *The Brookings Institution*, 24 de janeiro. Disponível em <https://www.brookings.edu/research/the-twilight-of-the-liberal-world-order>.
- Kanet, R. E., ed., 2017. *The Russian Challenge to the European Security Environment*. New York: Palgrave Macmillan.
- Karabel, J., 2016. The Roots of the Democratic Debacle. *Huffington Post*, 12 de dezembro. Disponível em http://www.huffingtonpost.com/entry/the-roots-of-the-democratic-debacle_us_584ec983e4b04c8e2bb0a779.
- Kelly, L., 2016. Russia's Baltic outpost digs in for standoff with NATO. *Reuters*, 5 de julho. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-nato-russia-kaliningrad-idUSKCN0ZL0J7>.
- Kheel, R., 2017. Mattis: NATO 'fundamental bedrock' for US. *The Hill*, 15 de fevereiro. Disponível em <http://thehill.com/policy/defense/319620-defense-chief-nato-fundamental-bedrock-for-us>.

- Kranish, M. e Fisher, M., 2016. *Trump Revealed: An American Journey of Ambition, Ego, Money, and Power*. New York: Scribner.
- La Monica, P. R., 2017. Donald Trump wants 4% GDP growth. 3% will do. *CNN Money*, 22 de março. Disponível em <http://money.cnn.com/2017/03/22/investing/trump-economy-gdp>.
- Landler, M. e Sanger, D. E., 2016. Trump Speaks with Taiwan's Leader, an Affront to China. *The New York Times*, 2 de dezembro. Disponível em <https://www.nytimes.com/2016/12/02/us/politics/trump-speaks-with-taiwans-leader-a-possible-affront-to-china.html>.
- Lander, M., 2016. Trump Suggests Using Bedrock China Policy as Bargaining Chip. *The New York Times*, 11 de dezembro. Disponível em <https://www.nytimes.com/2016/12/11/us/politics/trump-taiwan-one-china.html?action=click&contentCollection=Asia%20Pacific&module=RelatedCoverage®ion=Marginalia&pgtype=article>.
- Landler, M. e Forsythe, M., 2017. Trump Tells Xi Jinping U.S. Will Honor 'One China' Policy. *The New York Times*, 9 de fevereiro. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/02/09/world/asia/donald-trump-china-xi-jinping-letter.html>.
- Laruelle, M., 2008. *Russian Eurasianism: An Ideology of Empire*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Lucas, E., 2008. *The New Cold War: Putin's Russia and the Threat to the West*. New York: Palgrave Macmillan.
- McKew, M. K., 2017. Trump's Plan to Fight ISIS with Putin Isn't Just Futile. It's Dangerous. *Politico*, 5 de fevereiro. Disponível em <http://www.politico.com/magazine/story/2017/02/trumps-plan-to-fight-isis-with-putin-isnt-just-futile-its-dangerous-214743>.
- Mead, W. R., 2001. *Special Providence: American Foreign Policy and how it Changed the World*. New York: Knopf.
- Moens, A., 2004. *The Foreign Policy of George W. Bush: Values, Strategy, and Loyalty*. New York: Routledge.
- Nye, J. S., 2017. Will the Liberal Order Survive? The History of an Idea. *Foreign Affairs*, 96(1), pp. 10-16.
- Palmer, D., 2017. Trump on trade: Scrutinize NAFTA, other deals for 'abuses'. *Politico*, 28 de março. Disponível em <http://www.politico.com/story/2017/04/28/trump-trade-nafta-abuses-237777>.
- Patrick, S. M., 2017. Trump and World Order: The Return of Self-Help. *Foreign Affairs*, 92(2), pp. 52-57.
- Phillips, T.; Holmes, O. e Bowcott, O., 2016. Beijing rejects tribunal's ruling in South China Sea case. *The Guardian*, 12 de julho. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2016/jul/12/philippines-wins-south-china-sea-case-against-china>.
- Pillsbury, M., 2015. *The Hundred Year War: China's Secret Strategy to Replace America as the Global Superpower*. New York: Henry Holt.

- Plant, T., 2013. China, North Korea and the Spread of Nuclear Weapons. *Survival*, 55(2), pp. 61-80.
- Podeh, E., 2014. Israel and the Arab Peace Initiative, 2002–2014: A Plausible Missed Opportunity. *The Middle East Journal*, 68(4), pp. 584-603.
- Pollak, J. e Schweikart, L., 2017. *How Trump Won: The Inside Story of a Revolution*. Washington, DC: Regnery.
- Ruggie, J. G., 2006. "Doctrinal Unilateralism and its Limits". In: D. P. Forsythe, P. C. McMahon e A. Wedeman, eds., *American Foreign Policy in a Globalized World*, New York: Routledge, pp. 31-50.
- Rywkin, M., 2015. Russia and the Near Abroad Under Putin. *American Foreign Policy Interests*, 37(4), pp. 229-237.
- Salam, R., 2015. White Fright: Does Donald Trump represent the ascendancy of white nationalism on the American right? *Slate*, 4 de setembro. Disponível em http://www.slate.com/articles/news_and_politics/politics/2015/09/donald_trump_and_white_nationalism_does_the_candidate_s_rise_represent_the.html.
- Saltzman, I. Z., 2017. Not So 'Special Relationship'? US-Israel Relations during Barack Obama's Presidency". *Israel Studies*, 22(1), pp. 50-75.
- Shambaugh, D., 2015. China's Soft Power Push: The Search for Respect. *Foreign Affairs*, 94(4), pp. 99-107.
- Shelbourne, M., 2017. Pentagon chief: Russian efforts in fight against ISIS 'virtually zero'. *The Hill*, 8 de janeiro. Disponível em <http://thehill.com/policy/international/313226-carter-russia-efforts-in-fight-against-isis-virtually-zero>.
- Shiffrinson, J., 2017. Time to Consolidate NATO? *The Washington Quarterly*, 40(1), pp. 109-123.
- Singh, R., 2012. *Barack Obama's Post-American Foreign Policy: The Limits of Engagement*. New York: Bloomsbury Academic.
- Steinberg, J. e O'Hanlon, M., 2014. *Strategic Reassurance and Resolve: U.S. China Relations in the Twenty-First Century*. Princeton: Princeton University Press.
- Stone, R., 2017. *The Making of the President 2016: How Donald Trump Orchestrated a Revolution*. New York: Skyhorse Publishing.
- Tamkin, E., 2016. What Is Donald Trump Even Saying About Ukraine? *Slate*, 31 de julho. Disponível em http://www.slate.com/blogs/the_slatest/2016/07/31/donald_trump_says_putin_is_not_going_to_invade_ukraine.html.
- Taylor, G. e Muñoz, C., 2016. Donald Trump's talk of teaming with Russia against Islamic State draws pushback on Hill. *The Washington Times*, 15 de novembro. Disponível em <http://www.washingtontimes.com/news/2016/nov/15/trumps-talk-of-teaming-with-russia-against-isis-dr>.

- Thielmann, G., 2017. Can the INF Treaty Survive? Putin's New Missile Presents a Major Threat for Arms Control. *Arms Control Today*, 47(3), pp 6-13.
- Toal, G., 2017. *Near Abroad: Putin, the West and the Contest over Ukraine and the Caucasus*. Oxford: Oxford University Press.
- Trump, D. J., 2016. Transcript of Donald Trump's Immigration Speech. *The New York Times*, 1 de setembro. Disponível em https://www.nytimes.com/2016/09/02/us/politics/transcript-trump-immigration-speech.html?_r=0.
- Trump, D. J., 2015. *Great Again: How to Fix our Crippled America*. New York: Threshold Editions.
- Vance, J. D., 2016. *Hillbilly Elegy: A Memoir of a Family and Culture in Crisis*. New York: Harper Collins.